

Efeitos adversos e fatores de risco associados ao uso contínuo de contraceptivos orais

Carine Silva Santos¹, Isadora Leal Sampaio¹, Milena Dourado Boaventura¹, Milena Rodrigues Costa¹,
Rafaela Nascimento Nunes¹, Léa Resende Moura²

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO: O contraceptivo oral oferece benefícios como a inibição da ovulação, diminuição da fecundidade e de gravidez indesejada, porém não são excludentes os efeitos colaterais referentes ao uso contínuo. Diante disso, o trabalho teve como objetivo analisar os efeitos adversos e fatores de risco relacionados ao uso desse medicamento de forma ininterrupta. Essa mini revisão integrativa teve como metodologia a busca de dados através da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Electronic Journal of Pharmacy*, *Associação Catarinense de Medicina (ACM)* e *US National Library of Medicine (PubMed)* entre os anos 2016 e 2019 com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “anticoncepcionais”, “saúde da mulher”, “libido”, “efeitos colaterais” e “reações adversas relacionadas a medicamentos” utilizando o booleano “AND”. Assim, foi observado que efeitos adversos mais comuns como a cefaleia, a diminuição da libido e náuseas são percebidos já no primeiro mês, enquanto o uso a longo prazo aumenta os riscos de doenças trombolíticas, cancerígenas e acidente vascular cerebral. Percebeu-se também que alunas da área da saúde, principalmente do curso de medicina, reconheciam e associavam os efeitos colaterais ao anticoncepcional, o que divergiu de outras usuárias. Devido à utilização da pílula, parte das entrevistadas passou a não recorrer ao preservativo e, portanto, não praticavam o sexo seguro, aumentando os riscos de DST’s. Conclui-se, portanto, que as mulheres devem ter o acompanhamento profissional, para que suas especificidades sejam atendidas afim de diminuir os possíveis efeitos e riscos que os anticoncepcionais podem provocar.

Palavras-chave:

Anticoncepcionais.
Saúde da mulher.
Libido. Efeitos colaterais.
Reações adversas relacionadas a medicamentos.

INTRODUÇÃO

A sexualidade existe desde os primórdios e continua em desenvolvimento ao longo dos anos, de acordo com a época e meio social. Na última década, a diminuição da idade em que se inicia a vida sexual de adolescentes brasileiras foram perceptíveis, juntamente com o aumento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e dos índices de gravidez antecipado. O desenvolvimento da ciência e a descoberta de contraceptivos hormonais reduziu a taxa de fecundidade e permitiu que as mulheres praticassem sexo por prazer e não apenas para terem filhos (BORGES et al. 2016). Logo, a propagação dos métodos contraceptivos, dentre eles as pílulas orais, fazem parte de políticas de saúde voltadas ao controle de natalidade.

Os anticoncepcionais podem ser combinados, contendo dois hormônios, estrógenos e progestógenos, ou podem conter somente o progestógeno, conhecido como minipílula. A atuação dos contraceptivos consiste no bloqueio do pico do hormônio luteinizante (LH), que dessa maneira impede a ovulação, mudanças no endométrio, que dificultam a nidação, alterações no muco cervical, que passa a ser desfavorável ao avanço dos espermatozoides, transformações no peristaltismo da tuba uterina e alterações da resposta ovariana às gonadotropinas hipofisária (SIQUEIRA et al., 2018).

A escolha do método contraceptivo pode ser influenciada pelas necessidades da mulher, condições de saúde, efeitos colaterais e contraindicações de cada método. Alguns hábitos, como o uso de álcool, cigarros, determinados medicamentos, bem como doenças pré-existentes como hipertensão arterial, afecções cardíacas e tromboembólicas, influenciam diretamente na ação dos contraceptivos, podendo representar riscos aumentados de efeitos inesperados ou redução de sua eficácia (STECKERT et al., 2016).

O uso contínuo de contraceptivos orais pode gerar efeitos adversos, como aumento do risco de câncer, doenças tromboembólicas, alterações no metabolismo dos lipídios e carboidratos, e hipertensão arterial. A utilização inadequada e a falta de individualização dos medicamentos podem ser a causa desses efeitos. Logo, o uso de contraceptivos deve ser prescrito por profissionais, pois sem a orientação adequada sua eficácia em evitar concepções se torna baixa e aumentam-se os efeitos colaterais (CARRIAS et al., 2019).

Além dos benefícios relacionados a fecundidade, encurtamento do ciclo menstrual e atenuação da dismenorrea, o contraceptivo oral pode oferecer efeitos colaterais que são dependentes da dosagem hormonal, metabolismo do indivíduo e tempo de uso. Diante disso, esta mini revisão de literatura tem como objetivo discorrer e destacar os efeitos adversos e fatores de risco relacionados ao uso contínuo de anticoncepcionais.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma mini revisão integrativa da literatura. A pesquisa foi fundamentada a partir da questão norteadora: quais os efeitos colaterais e as alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais? As bases de dado escolhidas foram *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Electronic Journal of Pharmacy*, *Associação Catarinense de Medicina* (ACM) e *US National Library of Medicine* (PubMed) com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DECS): “anticoncepcionais”, “saúde da mulher”, “libido”, “efeitos colaterais” e “reações adversas relacionadas a medicamentos” utilizando o booleano “AND”.

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram data de publicação entre 2016 e 2019, idioma em português e disponibilidade do texto completo. Os critérios de exclusão foram a não compatibilidade à questão norteadora e a finalidade da pesquisa, além da exclusão de revisões da literatura. Após a análise dos critérios de inclusão e exclusão foram escolhidos cinco artigos para compor essa revisão da literatura.

RESULTADOS

A literatura mostra os variados efeitos adversos associados ao uso de anticoncepcionais orais, os quais representam o método contraceptivo com maior predominância de uso entre as mulheres. Como consequência, Siqueira et al. (2018) mostram que esses efeitos são o motivo de maior prevalência para mudanças no fármaco utilizado e segunda principal causa para interrompimento do uso. O estudo de Borges et al. (2016) ainda reitera que dentre as alunas que relataram a presença de qualquer efeito colateral, 57,2% declararam não ter tomado providências e o restante procurou um ginecologista/ endocrinologista, trocou a composição hormonal, parou de utilizar a pílula ou acrescentou outras medicações para amenizar os sintomas.

Nienkotter et al. (2018) demonstraram que para os contraceptivos orais os efeitos adversos mais pontuados são cefaleia, aumento de peso, edema, diminuição da libido, amenorreia, aumento da oleosidade da pele, além do aumento ou diminuição do fluxo menstrual que vão depender majoritariamente do organismo do indivíduo, tempo de uso e dosagem hormonal de cada um. Siqueira et al. (2018) acrescenta como fatores colaterais alterações de humor, acne, tontura e tromboembolismo pulmonar. Além disso, Carrias et al. (2019) adiciona como consequência a dor nas mamas e dor abdominal, relatando que as causas principais para o uso do contraceptivo oral foram a regulação hormonal, tratamento de acne, endometriose e evitar concepções.

Steckert et al. (2016) mostra que 59,15% das mulheres que fazem uso de Contraceptivo Hormonal Oral (CHO) de terceira geração, apresentam risco de formar trombozes duas vezes maior do que os contraceptivos de segunda geração, os quais representam 40,84% de uso entre mulheres. Essa pes-

quiza ainda evidencia que usuárias de contraceptivos combinados apresentam risco dobrado de desenvolverem infarto agudo do miocárdio e trombose. Ademais, segundo o estudo de Nienkotter et al. (2018), as mulheres que utilizam contraceptivos hormonais combinados estão 20,68 vezes mais sujeitas de apresentarem cefaleia; 9,49 vezes mais propensas a desenvolverem edemas; 7,89 vezes de terem aumento de peso; e 4,73 de apresentarem diminuição no fluxo menstrual quando comparadas as mulheres que não usam os métodos contraceptivos orais sem a presença de estrógeno.

Além dos efeitos adversos devido ao uso de anticoncepcionais, a literatura demonstra alguns fatores de risco que acarretam as usuárias desse método. No estudo de Steckert et al. (2016), a condição mais prevalente foi a presença de enxaqueca que aumenta a capacidade da mulher desenvolver Acidente Vascular Cerebral (AVC) isquêmico. Segundo fator de risco relatado foi o histórico familiar de câncer de mama, existindo controvérsias sobre o uso de CHO e sua propensão em desenvolver o câncer. Ademais, o estudo mostra que 6,62% das entrevistadas acreditam que o uso de anticoncepcionais previne as DST's, e outras mesmo sabendo da não prevenção optaram por não utilizar preservativos alegando ter somente um parceiro ou por não sentirem necessidade. Logo, o aumento do uso de contraceptivos acarreta em um decréscimo no uso de métodos que evite as DST's, tornando-as um fator de risco.

DISCUSSÃO

A maioria das mulheres que utilizam anticoncepcionais orais desconhecem os efeitos colaterais que esses podem causar (MARCELO et al. ;2017). Em contraposição, Borges et al. (2016) evidencia que em estudantes de medicina, quanto maior o tempo de graduação maior o conhecimento dessas acadêmicas com relação aos efeitos colaterais associados ao contraceptivo. Além disso, Nienkotter et al. (2018) afirma que a presença de efeitos colaterais entre as estudantes foi citada como o principal motivo para o abandono do método contraceptivo. Entre essas reações, a alta prevalência de sangramentos irregulares, redução da libido, cefaleia e ganho de peso é constantemente relatado (STECKER et al. ;2016).

Foram considerados alguns fatores de risco com o potencial de aumentar as chances de efeitos adversos com o uso de anticoncepcionais, como hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, enxaqueca, histórico de tromboembolismo, entre outros (STECKER et al., 2016). Corrêa et al. (2015) relata que cerca de 20% das mulheres brasileiras possuem alguma restrição ao uso do anticoncepcional oral, e há o destaque para mulheres tabagistas e uso do CHO por mais de 35 anos. Além disso, Marcelo et al. (2017) aponta a existência de doenças hepáticas e cardiovasculares, pressão arterial alta, câncer de mama e tabagismo como restrição ao uso de CHO, porém muitas dessas contraindicações não são levadas em consideração, visto que no referido estudo é apontado que 11,75% das mulheres que utilizam ACO são tabagistas. Siqueira et al. (2018) acrescenta AVC, varizes e colesterol alto como contraindicação. Desta maneira, Roque et al. (2013) evidencia a necessidade de que os profissionais de saúde realizem uma triagem para prescrição correta antes que os pacientes comecem a utilizar contraceptivos orais, contendo,

assim, avaliação histórica do paciente, pressão arterial e sua análise periódica para prever condições de risco.

A respeito da enxaqueca, Nienkotter et al. (2018) destaca que o declínio de estrogênio que precede a menstruação pode gerar enxaqueca. Steckert et al. (2016) acrescenta que a presença de enxaqueca foi o fator de risco mais recorrente em sua pesquisa e relata que quando uma mulher sofre de enxaqueca esta tem maiores chances de desenvolver AVC. A pesquisa de Steckert et al. (2016) afirma que os indivíduos que tem crises de enxaqueca, naturalmente estão suscetíveis a um maior risco de desencadear acidentes vasculares cerebrais. Tendo em vista que os anticoncepcionais têm como um dos mais relatados efeitos colaterais a enxaqueca, o aumento de incidência desse sinal leva a uma consequência do aumento do risco de desenvolvimento de AVC.

Siqueira et al. (2018) destaca que certas medicações com ação antiandrôgenica de alta dose apresentam efeito quatro vezes maior de causar tromboembolismo venoso em comparação com outros contraceptivos. Brito et al. (2011) relata que independentemente da via de ingestão do contraceptivo este pode causar trombose venosa profunda. Além disso, de acordo com Steckert et al. (2016) as usuárias de contraceptivo hormonal combinado possuem maiores chances de desenvolverem infarto agudo do miocárdio e trombose venosa profunda, que podem ser desencadeados pela excessiva quantidade de proteína C, fatores de coagulação e diminuição da quantidade de anticoagulantes. Steckert et al. (2016) acrescenta ainda que os riscos tromboembólicos tem relação direta com o tipo de progesterona presente no medicamento, por exemplo, as medicações que contém progestrogênio de terceira geração geram risco duas vezes maior que os de segunda geração.

Já em relação as DST's, Steckert et al. (2016) menciona que 89,40% das mulheres do estudo sabem que o uso de anticoncepcionais não as previne. Dessa forma, Paludo et al. (2018) destaca que o uso dos preservativos por estudantes nos diversos estados brasileiros é diferente, variando de 41,5% a 60% de uso. Além disso, Borges et al. (2016) afirma em seu estudo que 46,2% das estudantes não recorrem ao preservativo e, dessa forma, não praticam o sexo seguro e apenas 7,2% das estudantes utilizam o preservativo como método. Arruda et al. (2019) lista que em relação aos riscos que as mulheres correm em não usar preservativos durante uma relação sexual apresentam comprometimento físico e mental, como relações sexuais em idade precoce, gravidez indesejada e DST's.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que muitas mulheres não sabem dos efeitos colaterais ou riscos fisiológicos que os anticoncepcionais podem trazer, e esses efeitos podem ser associados ao metabolismo individual, à dosagem hormonal e ao tempo de uso. A reação imediata de algumas usuárias foi cefaleia, edema, diminuição da libido, amenorreia, aumento da oleosidade da pele, além do aumento ou diminuição do fluxo menstrual. Por outro lado, o uso de anticoncepcionais a longo prazo intensifica o

desenvolvimento de enxaqueca que eleva as chances de ocorrer acidente vascular cerebral isquêmico (AVC).

Outro ponto abordado na revisão, aponta que a maioria das mulheres entrevistadas sabem que o uso de anticoncepcionais não previne as DST's, entretanto, muitas optaram por não utilizar preservativos devido ao benefício na inibição de ovulação e por possuírem apenas um parceiro sexual. Ainda assim, existe uma parcela das entrevistadas que acreditam que os anticoncepcionais previnem as DST's, o que eleva o índice dessas doenças.

Sendo assim, é fundamental que exista o acompanhamento médico, principalmente ginecologistas e endocrinologistas, para prescrição correta que envolva dosagem e composição hormonal adequada para cada indivíduo e suas particularidades, pois foram identificados alguns fatores, como hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, enxaqueca, histórico de tromboembolismo, que contraindicam o uso desse medicamento por aumentar o risco de reações adversas imediatas ou a longo prazo. Embora, abordado e compreendido o assunto, devido a limitação dos artigos estudados não foi possível conduzir um estudo mais aprofundado do assunto, sendo necessário um estudo mais aprofundado da literatura.

REFERÊNCIAS

NIENKÖTTER, F.E.; SANTIAGO, C.B.de P. Perfil de contracepção e efeitos colaterais relacionados ao uso de métodos contraceptivos hormonais combinados entre estudantes de medicina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, p. 1-13, 2018.

STECKERT, A.P.P.; NUNES, S. F.; ALANO, G.M. Contraceptivos hormonais orais: utilização e fatores de risco em universitárias. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 45, n. 1, p. 78–92, 2014.

CARRIAS, D.T.S; *et al.* Efeitos adversos associados a uso de contraceptivos orais em discentes. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 17, n. 3, p. 142–146, 2019.

SIQUEIRA, T. C.; SATO, M.D.O.; SANTIAGO, R.M. Reações adversas em usuárias de anticoncepcionais orais. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 14, n. 4, 2018.

BORGES, M.C.; SABINO, A.M.N.F.; TAVARES, B.B. Conhecimento sobre os efeitos dos contraceptivos hormonais por acadêmicas da saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 4, 2016.

CARVALHO, M.L.de O.; SCHOR, N. Motivos de rejeição aos métodos contraceptivos reversíveis em mulheres esterilizadas. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 788–794, 2005.

MARCELO, I.de O.; *et al.* Investigação sobre uso de anticoncepcionais hormonais: ciência dos riscos para a saúde. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 1, 2016.

BRITO, M.B.; NOBRE, F.; VIEIRA, C.S. Contracepção hormonal e sistema cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 96, n. 4, p. e81–e89, 2011.

CORRÊA, D.A.S.; *et al.* Fatores associados ao uso contraindicado de contraceptivos orais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 0, 2017.

ARRUDA, C.M.; *et al.* A influência da confiança no parceiro na decisão do uso da camisinha. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 20, n 1, 2019.

PALUDO, S.dos S.; *et al.* Uso de preservativos na última relação sexual entre universitários: quantos usam e quem são? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, 2018.